



Determinantes econômicos do sistema de proteção social brasileiro

Economic determinants of the Brazilian social protection system

10.56238/isevmjv3n3-006

Recebimento dos originais: 20/03/2024

Aceitação para publicação: 08/04/2024

Michel Jorge Samaha

Doutor na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: michel-samaha@hotmail.com

RESUMO

A crescente preocupação teórica com as possíveis complementariedades entre o sistema de proteção social e o sistema de produção capitalista é desenvolvida neste artigo, tomando-se como referências as abordagens dos Regimes de Bem-Estar (RB) e de Variedade de Capitalismo (VoC). Assume-se o pressuposto de que o Brasil abriga uma variedade de combinações desses sistemas, não podendo ser tipificado como um tipo homogêneo. A escala territorial eleita foi a das Unidades Federativas brasileiras. O objetivo do trabalho é caracterizar os RB e as VoC nos estados brasileiros e testar a determinação entre eles. Para isso, diferentemente dos trabalhos antecedentes, foi introduzida uma dimensão étnica na composição dos tipos estaduais encontrados, tema quase negligenciado pela literatura especializada. A utilização da análise fatorial, cluster e da análise de dados em painel possibilitou concluir que os regimes de proteção social nas unidades federativas do Brasil são determinados pelos diferentes regimes de produção econômica.

Palavras-chave: Regimes de Bem-Estar, Variedade de Capitalismo, Economia comparada, Sistema de Proteção Social, Sistema de Produção Capitalista.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo se insere nos debates teóricos sobre a arquitetura dos Estados de Bem-Estar e das complementariedades de seus regimes com as instituições de mercado. Combinar duas tipologias mais frequentemente referenciadas nos estudos dos países capitalistas avançados, “Variedade de Capitalismo” (VoC) (HALL; SOSKICE, 2001) e Regimes de Bem-Estar (RB) (ESPING-ANDERSEN, 1990), por si só, não é suficiente para instrumentalizar uma abordagem analítica de países periféricos e pouco industrializados. Dessa forma, os esforços de classificação elaborados para a América Latina, e em especial para o Brasil, foram aqui incorporados.

Quando se integram na análise os regimes de bem-estar e a variedade de capitalismo, há o pressuposto de que um país pode abrigar diversas combinações desses sistemas sem que isso seja considerado uma incongruência do ponto de vista de sua caracterização geral, nem tratado como anomalia ou resíduos do quadro geral, mas estudado na complexidade institucional que está



inserida. Nessa linha, alguns autores têm pesquisado as diferenças das instituições nacionais e locais e os determinantes das variações (econômicas e sociais) que delas resultam.

Por conseguinte, num país continental como o Brasil, a escala da análise assume relevância. A realidade brasileira é heterogênea, desigual e complexa, por isso o enfoque na escala territorial intermediária¹ (unidades federativas/estados) pode ajudar a compreender as interações inter-regionais.

A espacialidade é uma dimensão do desenvolvimento do sistema capitalista e não se pode negligenciar as hierarquias de geração e apropriação da riqueza regionais, muito menos olvidar as questões estruturais do país e as especificidades de suas regiões. Essas características invadem também o âmbito das políticas de proteção social, pois sociedades regionalmente segmentadas possibilitam a reprodução das desigualdades.

As duas metodologias (RB e VoC) foram desenvolvidas para entender a proteção social e o capitalismo dos países desenvolvidos. São quase inexistentes os trabalhos com esses enfoques considerando a diversidade regional brasileira, por isso algumas questões respondidas no decorrer deste trabalho partiram das seguintes indagações: o RB e a VoC podem ser adaptados para um país em desenvolvimento como o Brasil? O Brasil pode ser considerado como um tipo homogêneo de capitalismo e de regime de bem-estar? As diferenças étnicas podem ser incorporadas como eixos de desigualdade nos modelos de RB e de VoC, em especial para um país multiétnico como o Brasil? É possível estabelecer uma relação causal entre os tipos encontrados?

Essas perguntas são relevantes à medida que o objetivo principal do artigo é caracterizar os regimes de bem-estar e a variedade capitalista nos estados brasileiros e testar a determinação mútua entre eles.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 REGIMES DE BEM-ESTAR

A perspectiva analítica, do enfoque dos regimes de bem-estar, introduzida por Esping-Andersen no livro *The Three Worlds of Welfare Capitalism* (1990), ampliou a análise comparativa dos regimes construídos em países em desenvolvimento, até então pouco considerados em estudos dessa natureza. Essa nova linha de estudo se diferencia das análises comparativas tradicionais, pois introduziu algumas novidades: a) a análise (das políticas sociais) se efetua a partir da desmercantilização: as possibilidades de subsistência que os estados de bem-estar permitem aos

¹ O Distrito Federal será tratado como Estado, uma vez que os dados utilizados dizem respeito à dimensão da competência desse ente como Estado.



cidadãos como um assunto de direito social; b) torna mais explícita a conexão entre a política social e a estrutura social: o surgimento de distintos modelos de estado de bem-estar se explica com base em diferentes sistemas de estratificação social, que dão lugar a diferentes alianças de classe; c) a relação público/privada na provisão social; e d) a desfamiliarização, conceito construído em trabalhos posteriores, que expressa o grau de redução da dependência do indivíduo em relação à família ou, inversamente, o aumento da capacidade de comando do indivíduo sobre recursos econômicos, independentemente das reciprocidades familiares ou conjugais (ADELANTADO et al., 1998; DRAIBE; RIESCO, 2006).

Portanto, para Esping-Andersen, os países divergem quanto à combinação desses critérios. As regularidades encontradas permitiram, em seu estudo, identificar distintos regimes de welfare state. Os três regimes, desenvolvidos para países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (desenvolvidos), foram: i) social-democrata – solidariedade de base universal, sendo o Estado o seu locus principal, e caracterizado por uma composição da provisão social, na qual o Estado exerce papel central frente às posições marginais da família e do mercado (aqui se classificam tipicamente os países nórdicos, Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia); ii) conservador-corporativo – solidariedade de base familiar, construído a partir da experiência histórica dos países da Europa Ocidental Continental (Alemanha, França, Bélgica, Áustria e Holanda). O Estado e as instituições públicas estão no centro do processo socioeconômico e distribuem benefícios seguindo critérios de classe e status político; e iii) liberal – tem o mercado como locus de uma solidariedade de base individual, baseado em experiências históricas dos países anglo-saxões (como Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Irlanda e Reino Unido). Assume que a maioria da população pode contratar sua própria provisão social e que, por isso, o Estado só deve apoiar aquele residual humano que é incapaz de cuidar do seu próprio bem-estar, ou seja, os pobres.

Em um dos primeiros estudos comparativos dos regimes de bem-estar na América Latina (RBLA), Mesa-Lago (1989) propõe uma classificação unidimensional ligada à evolução histórico-temporal na adoção dos programas de políticas de proteção, em especial de pensões, seguro de enfermidades/maternidade e o grau de desenvolvimento alcançado. Os países, nessa ótica, se dividem em três grupos: a) pioneiros; b) intermediários; e c) tardios.

Os países pioneiros, onde está inserido o Brasil, teriam iniciado seus sistemas de proteção em torno dos anos de 1920; eram sistemas estratificados com alto custo, déficit crescente com desequilíbrio financeiro e atuarial; apresentavam uma pequena parcela da população com alto grau de intervenção e apoio e uma grande base de beneficiários com atenção de baixa qualidade. Nesse



sistema, é grande a influência dos grupos de pressão na estruturação dos programas, não permitindo a eliminação das diferenças de status de cidadania.

Já filiado aos constructos teóricos de Esping-Andersen, Filgueira (1998) distingue três tipos de regimes para a região. Os critérios diferenciadores das políticas sociais são o volume de serviços sociais públicos (educação, saúde, previdência), a cobertura e os princípios de redistribuição. Os tipos por ele construídos estão ligados ao modelo de industrialização por substituição de importações (entre os anos de 1930 e 1980); no entanto, não se explicam só pela diferença do desenvolvimento econômico, mas também pela tradição democrática e pelas distintas relações de classe. Os três regimes construídos por esse autor foram: a) universalismo estratificado; b) dual; e c) excludente.

Nessa classificação, o Brasil se enquadra no regime dual, que era baseado na habilidade política das elites em cooptar e reprimir os setores populares, gerou sistemas de provisão e de seguridade social pública que favoreciam clientela específicas: os trabalhadores modernos do Estado e da Indústria. Ao mesmo tempo, os trabalhadores do campo e do setor informal urbano eram marginalizados.

Em trabalho que analisou 18 países no período de 1999 a 2004, Martínez Franzoni (2008) identificou quatro tipos de regimes principais: Produtivista-informal, Protecionista-informal, Informal-assistencial e Altamente-informal. O Brasil, incluído no regime Protecionista-informal, é identificado com proteção social e formação de capital humano máximas na região, alto grau de desmercantilização e um amplo contingente populacional desprotegido, tanto no mercado de trabalho como do estado.

Em recente investigação comparativa, conduzida no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), Cecchini et al. (2014) analisam um agrupamento de países considerando a seguinte classificação: a) brechas de bem-estar severas; b) brechas moderadas; e c) brechas modestas. No interior desses grupos, os países são situados em um gradiente que vai de modelos mais produtivistas e segmentados/privados a mais homogêneos e públicos. O Brasil é caracterizado com brecha modesta de bem-estar, ou seja, possui maior potencial para desenvolver um estado de bem-estar.

No Brasil, uma primeira tentativa de entender o sistema de proteção social e tipificá-lo foi realizada por Draibe (1993), que classifica o regime nacional como Meritocrático-Particularista, com matizes corporativistas e clientelistas, admitindo, portanto, um tipo específico de *Welfare State* para o País. Trata-se de um *Welfare State* que aporta políticas sociais para, eventualmente, corrigir distorções do mercado. A autora mostra um padrão de relacionamento pendular no sistema



de proteção social que ora assume caráter corporativo ora clientelístico. Ainda que se dirija a grupos específicos (portanto, apresenta caráter residual), em princípio, se dirige à maior parte da população, assalariada ou não, tendo como critério a renda, com foco nos grupos de risco (crianças, gestantes, nutrízes e idosos).

Todas essas classificações são desafiadas por uma forte heterogeneidade estrutural das diferentes regiões do país. A cobertura da proteção social, ainda que normativamente de validade nacional, não é homogênea no interior do território. Há profundas diferenças regionais que se superpõem a diferenças na inserção laboral, que são causadas por diferentes eixos de desigualdades. Pelas características de formação da sociedade brasileira, um eixo relevante de desigualdade e ausente das classificações mencionadas é o eixo étnico².

Apesar de evidente, a importância dada às variáveis étnicas na literatura dos RBLA é claramente marginal. Pode-se entender que a ausência da dimensão étnica nesses modelos, em parte, poderia ser atribuída à falta de dados necessários para desenvolver análises quantitativas ou à dificuldade de gerar indicadores aptos a medir e comparar as brechas étnicas entre países. Por outro lado, pode também expressar um problema de fundo teórico. A utilização acrítica da matriz teórica desenvolvida para países com alta homogeneidade, seguramente, está na base dessa omissão. De qualquer forma, pende sobre os RBLA uma chave analítica que seja capaz de indicar o quanto um sistema de proteção social reduz a dependência e a desigualdade individual, em função da origem étnica, ao acesso a recursos econômicos e sociais.

2.2 VARIEDADES DE CAPITALISMO

Em estudo seminal, Hall e Soskice (2001) identificaram duas variedades básicas ou dois tipos de economias capitalistas que são produto das diferentes combinações das seguintes áreas: governança corporativa, sistemas de educação e treinamento, relações interfirmas e relações industriais. Os arranjos resultam em Economia de Mercado Liberal (EML) ou em Economia de Mercado Coordenado (EMC). Por dedução, existiria, segundo essa classificação, um tipo misto, com presença marcante do Estado na economia.

Nessa perspectiva, o ator central é a firma, cujo comportamento pode ser agregado quando se analisa a *performance* econômica. A complementariedade institucional aparece como geradora de distintos modos de coordenação. Por fim, complementariedade e coordenação se associam pelos vínculos entre as diferentes áreas (relações de trabalho e governança corporativa; relações de

² Diferenças ou brechas étnicas é referência específica às diferenças entre brancos e negros/afrodescendentes (pardos e pretos pela classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)).



trabalho e treinamento etc.). Como as estratégias das firmas variam entre as nações, as respostas na busca da coordenação são necessariamente diversas. Os casos paradigmáticos para a construção dos tipos foram, respectivamente, os EUA para a EML e a Alemanha para o EMC. Ainda, como sugerido por Hall e Soskice (2001) e Hall e Gingerich (2004), há o reconhecimento de um terceiro tipo de variedade de capitalismo, denominado Economia de Mercado Mediterrâneo ou Mista (EMM) (MOLINA, O ; RHODES, M, 2007) . A forma dominante de coordenação nesse tipo é a mista; a regulação e a mediação estatal geram alto impacto nos processos de mudança; e a complementariedade nasce da regulação estatal dirigida à correção das falhas de mercado.

A firma, nesse cenário, desenvolve e explora certas competências no intuito de se coordenar com outros atores (trabalhadores, sindicatos, governo, clientes e competidores), o que pode ser realizado via mecanismos de mercado, apoiados na garantia jurídica dos contratos (EML), ou mecanismos externos ao mercado, fundados em negociações cooperativas e redes de organizações que articulam os atores envolvidos nos processos econômicos (EMC). Os mecanismos de coordenação via mercado têm sido foco intenso de análise da economia ortodoxa; porém, os estudos dos mecanismos de coordenação por fora do mercado, nessa perspectiva, ainda são incipientes.

No que diz respeito à VoC, a literatura latino-americana se divide entre os que entendem existir características comuns nos países da região, possibilitando a elaboração de um tipo próprio (SCHNEIDER, 2009; SCHNEIDER; SOSKICE, 2009); os que salientam que a heterogeneidade não permite falar de um único tipo (BOSCHI, 2011; BIZBERG; THÉRET, 2012); e os que utilizam a classificação original de Hall e Soskice (EML, EMC e EMM), tentando empiricamente aproximar as economias locais a um ou mais desses tipos (HUBER, 2002; BOGLIACCINI; FILGUEIRA, 2011). Na tentativa de localizar criticamente o Brasil nas tipologias que consideram sua singularidade produtiva, parece não existir caminho mais adequado do que confrontar as diferentes elaborações tipológicas que o contemplam.

Ao entender que os países latino-americanos guardam algumas características comuns, Schneider (2009) estende o marco teórico e conceitual da VoC para essa região e desenvolve uma nova tipologia, denominada Economias de Mercado Hierárquica (EMH), em que a relação entre as distintas esferas do marco institucional de referência é exercida por padrões hierárquicos, substituindo a coordenação e as relações de mercado. Em especial, suas características estão na conformação das firmas líderes e no campo das relações laborais.

A persistente falta de inovação, a grande heterogeneidade estrutural e a forte desigualdade social na região são explicadas pelas “complementariedades negativas” (SCHNEIDER;



SOSKICE, 2009), que são produto da presença de grupos domésticos de origem familiar (que mantêm muitas empresas subsidiárias com baixa relação entre si e controlam hierarquicamente diversas firmas) e da ampliação da participação das multinacionais (que administram de forma hierárquica transferências de tecnologia, investimentos, relação com fornecedores e clientes estrangeiros, além de deterem importante parcela do comércio internacional), que cumprem um papel específico nos elos das cadeias globais. Na América Latina, essas empresas são, em sua maioria, intensivas em mão de obra, estão associadas a mercados de trabalho flexíveis, fragmentados e de baixa capacitação.

De qualquer forma e independentemente dos fatores considerados para caracterizar as EMH, esse tipo é generalizado para toda a América Latina, como se todos esses países apresentassem a mesma resposta nas diferentes esferas analisadas. Assumir toda a América Latina como um tipo homogêneo de capitalismo, à primeira vista, parece exagero, assim como o seria entender que o Brasil é regionalmente homogêneo no seu regime de produção econômica. Tanto o Brasil, internamente, como a América Latina apresentam diferenças regionais que ensejam a desconfiança na possibilidade de os regimes capitalistas serem tratados como homogêneos.

Pensando especificamente no Brasil, Boschi (2011) discute a convergência institucional e a especificidade do modelo de capitalismo nacional, apontando para a necessidade de incluir as instituições estatais – incluso o regime político – ao lado das empresas, como ator estratégico nas mudanças institucionais. Em especial, estudar as complementariedades geradas por ele, como políticas de inovação, capacitação e financiamento.

A capacidade do Estado e suas instituições na promoção da regulação econômica é fator decisivo na estratégia de crescimento. Como esse fator é determinado pelas trajetórias institucionais prévias do País, observa-se que o maior grau de resistência ao processo de ajustes estruturais é fruto da maior capacidade de coordenação do Estado. Dessa forma, a variedade de capitalismo no qual o desenvolvimento é liderado pelo Estado gera novas vantagens institucionais, não necessariamente convergindo para uma EML ou EMC. A ação estatal mitigaria ou resolveria as complementariedades negativas e, por consequência, os retornos decrescentes – que existiriam por falta de regulação pública – seriam revertidos.

A proposta de Boschi se diferencia da de Schneider à medida que, para o último, o desenho institucional dos regimes produtivos da América Latina geraria entraves a um adequado desempenho. O primeiro afirma que os países da região, em especial o Brasil, estariam experimentando um novo padrão de intervenção estatal capaz de mitigar os problemas oriundos de um marco institucional desregulado. Portanto, a não convergência do modelo econômico



regional e brasileiro a uma EML ou EMC é defendido por Schneider pela existência de hierarquias que impedem as mudanças e em Boschi pelas vantagens institucionais comparativas.

Ao debater o capitalismo no Cone Sul, Bogliaccini e Filgueira (2011) classificam o capitalismo brasileiro como *coordenado* de subtipo *mediterrâneo*, pelas seguintes constatações: o país conta com alta formalização e sindicalização, baixa proteção do emprego, que forja uma estrutura salarial privada compacta por setor e que cresce pela produtividade. O mercado de trabalho é de baixa qualificação, dificultando investimentos que demandam mão de obra especializada. O emprego informal é persistente, apesar dos esforços de formalização. A capacitação vocacional nas empresas ocorre só em situações pontuais e naqueles setores em que trabalhadores e empresários se coordenaram para formar mão de obra. Há baixo investimento em capital humano e baixa penetração do sistema financeiro no modelo de investimento das empresas; e, mesmo o Brasil tendo uma das menores taxas marginais corporativas do continente, o procedimento para abrir uma empresa é burocraticamente mais longo que os modelos de democracia avançada.

Por fim, para Delgado (2007), o Brasil seria uma economia de mercado de coordenação liberal-corporativa. A partir da década de 30, as relações industriais foram condicionadas pela imposição formal do corporativismo e pelo modelo legislado nas relações de trabalho. As negociações coletivas sempre foram mitigadas pelo poder patronal às demissões. O processo de industrialização por substituição de importações, associado à ausência patronal unificada nas barganhas salariais e na formação da força de trabalho, tornaram pouco expressiva a exigência de formação da força de trabalho.

O essencial é que as tipologias apresentadas – algumas mais, outras menos – auxiliam na identificação de atributos relevantes da conformação institucional do sistema de produção nacional. Nesse contexto, é preciso retomar dois aspectos que raramente são considerados na composição dos modelos ou tipos construídos para o caso brasileiro: a desconsideração da heterogeneidade interna do país e a ausência do tratamento da dimensão étnica nas análises desenvolvidas.

A heterogeneidade dos sistemas de produção é uma condição que gera diferentes formas de renda, atividades, ocupações, estrutura fundiária, etc. Isso resulta num repertório de iniciativas individuais ou familiares que funcionam e operam como alternativas em contexto de privação e dificuldades, muitas vezes decorrentes da falta de opções, mas, não raro, decorrem dos eixos de desigualdades impostas socialmente, como a hierarquia étnica.



3 METODOLOGIA

O desenho metodológico foi construído, considerando os objetivos da pesquisa, com o intuito de construir as tipologias dos sistemas de produção e de proteção social nas unidades federativas brasileiras, agrupar os estados pelas características comuns dos sistemas encontrados e testar o grau de determinação entre ambos, tomando o sistema de proteção social como variável dependente. Para esse fim, as técnicas utilizadas foram a Análise Fatorial (AF), Cluster e Análise de Dados em Painel (ADP).

Nesse encadeamento, a AF tem como principal objetivo permitir que se conheça a configuração tipológica dos sistemas de proteção social e de produção capitalista que se desenvolveram nas diferentes unidades federativas brasileiras. Assim, a AF é o primeiro elo dessa cadeia, já que dela derivam as dimensões a partir da qual se procede a análise de Cluster. Essa última, por sua vez, permite a classificação dos estados segundo o comportamento de uma série de variáveis que, neste caso, são os fatores ou dimensões identificadas na AF. Na sequência, estes mesmos fatores se transformaram nas variáveis utilizadas na regressão de dados em painel, que tem a função de medir o quanto os tipos de regimes encontrados (RB e VoC) estão relacionados. Ou seja, demonstrar de maneira empírica que a determinados modelos de produção capitalista correspondem arranjos específicos em matéria de proteção social.

Dessa forma, ao analisar 27 unidades federativas (26 estados e o Distrito Federal³), a partir de um conjunto de 41 indicadores de proteção social (21) e sistema de produção (20) (anexo 1) para os anos em torno de 2001 e 2014⁴, as matrizes assumem a seguinte forma:

VoC:

X1 a matriz 27 x 20 para os anos em torno de 2001;

X2 a matriz 27 x 20 para os anos em torno de 2014;

RB:

X1 a matriz 27 x 21 para os anos em torno de 2001;

X2 a matriz 27 x 21 para os anos em torno de 2014;

³ O Distrito Federal será tratado como Estado, utilizando-se apenas indicadores dessa dimensão de sua competência.

⁴ Os períodos escolhidos permitem analisar a fotografia de dois importantes ciclos políticos da história recente do País, revelando as diferenças das políticas sociais e econômicas ao fim de cada ciclo.



Agregando-se as observações referentes aos dois períodos, definem-se por duas matrizes 54×20 e 54×21 :

$$X_i = \begin{bmatrix} X_1 \\ X_2 \end{bmatrix}$$

Segundo Shikida (1997), essa forma de agrupar duas (ou mais) observações permite captar diferenças e proceder comparações intertemporais, uma vez que os fatores não seriam exatamente os mesmos. Como o número total de grupos representa um número pequeno de observações (total de 27), optou-se pelo procedimento hierárquico de agrupamento, utilizando-se o método aglomerativo, aqui escolhido o Método de Ward, que minimiza a soma interna de quadrados no conjunto completo de agrupamentos separados. Esse procedimento tende a combinar agrupamentos com um pequeno número de observações, pois a soma de quadrados é diretamente relacionada ao número de observações envolvidas (HAIR et al., 2009). Para esse método, a medida de distância adequada é a Distância Euclidiana Quadrada (ou absoluta), já que ela representa a soma dos quadrados das diferenças sem calcular a raiz quadrada.

Por fim, o encadeamento metodológico se encerra com a estimação do grau de relação existente entre ambos os tipos de regimes (de bem-estar e de capitalismo), identificados e agrupados na etapa anterior, dos estados brasileiros. Na técnica de ADP, foram testadas as estimações por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para dados em painel (*pooled OLS*), com efeito aleatório e efeito fixo, além dos testes de robustez para a escolha do melhor modelo. Neste trabalho, a análise dos fatores determinantes do sistema de proteção social dos estados foi feita com base no modelo estimado na forma empilhada, representado pela seguinte equação:

$$PS_{it} = \alpha + \beta_1 \text{FatorVoC1}_{it} + \beta_2 \text{FatorVoC2}_{it} + \beta_3 \text{FatorVoC3}_{it} + \dots + \beta_K \text{FatorVoCK}_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde:

PS_{it} = representa a variável dependente Proteção Social do estado i no período t ;

α = representa o parâmetro do intercepto;

β_n = são os parâmetros a serem estimados;

FatorVoCn_{it} = são as variáveis explicativas de variedade de capitalismo (VoC) do estado i no período t ; e

ε_{it} = representa o termo de erro.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 REGIMES DE BEM-ESTAR NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS

A análise das tipologias do sistema de proteção social desenvolvidas para o Brasil tem sido objeto de numerosos estudos. Entretanto, as linhas de investigação predominantes tendem a incluir o País em grandes blocos regionais na América Latina. A maioria desses teóricos apresentam o regime brasileiro como único e homogêneo territorialmente. O esforço aqui é mostrar que um país de grandes dimensões, convive com estruturas heterogêneas de proteção social em seu território.

Para caracterizar os sistemas de proteção social, a técnica de análise fatorial foi realizada utilizando-se 21 indicadores, tendo como critério de extração do número de fatores os seus autovalores maiores do que 1. O número de fatores extraídos foi 4. Esses fatores explicam 80,2% da variância total das variáveis originais, ao passo que os fatores de 1 a 4 explicam, respectivamente, 35,7%; 15,9%; 14,3%; e 14,1% .

Utilizou-se a matriz rotacionada para permitir estabelecer correlações entre as variáveis originais e os fatores extraídos. Com isso, a identificação e interpretação da natureza das dimensões fica facilitada. As quatro dimensões subjacentes foram assim nominadas: 1. Desempenho do regime; 2. Gênero e Generosidade do sistema; 3. Família e Diversidade étnica; 4. Esforço Estatal.

Tabela 1 – Matriz de componentes rotacionada – RB

	Component			
	1 - Desempenho do regime	2 - Gênero e generosidade do sistema	3 - Família e Diversidade étnica	4 - Esforço Estatal
GINI – Coeficiente de Gini	,745	-,265	-,154	,008
EVN – Esperança de vida ao nascer	-,853	,346	-,157	-,048
TM5 – Taxa de mortalidade infantil (<5 anos)	,914	-,238	,173	,048
TMI – Taxa de mortalidade infantil	,921	-,216	,177	,054
PLP – População abaixo da linha da pobreza	,953	-,056	,158	,078
IDH – Índice de desenvolvimento humano	-,941	,199	-,117	-,097
TOF – Taxa de ocupação feminina	-,704	-,005	-,357	-,097
CA3 – Crianças abaixo de 3 anos atendidas em serviços de cuidados públicos	-,707	,527	-,050	,068
DI – Taxa de dependência infantil	,800	-,494	,172	,205
DA – Taxa de dependência de idosos (>65 anos)	-,391	,814	-,224	-,064
CP – Cobertura das pensões (>60 anos)	-,172	,758	,110	,300
GPs – Gasto privado em Saúde	-,129	,705	-,210	-,143
BSG – Diferença salarial de gênero	-,376	,597	,520	,099
BPS – Brecha na proteção social (negros/brancos)	-,488	,588	,403	-,061
FCONV – Famílias conviventes (estendidas ou compostas)	,051	-,022	,829	,186
AFR – Percentual de afrodescendentes por UF	,347	-,027	,777	,157

BRD – Brecha na taxa de desocupados (negros /brancos)	-,172	,049	-,648	-,198
BMI – Brecha na taxa de mortalidade infantil (negros/brancos)	,577	-,190	,601	,076
GT – Gasto governamental total	,184	-,072	,137	,941
GPS – Gasto em proteção social	,097	,047	,202	,950
GSA – Gasto público em saúde	-,025	,060	,209	,938

Extraction Method: Principal Component Analysis.
Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization
Rotation converged in 6 iterations.

Para seguir aprofundando as diferenças entre as unidades federativas e poder identificar diferentes tipologias com base nas dimensões descritas, realizou-se a análise de cluster. A base utilizada para essa classificação foi as pontuações de cada ente federado extraídas da análise fatorial de componentes principais (ACP). Como um dos propósitos dessa investigação é testar a não homogeneidade do regime de bem-estar brasileiro, limitaram-se a quatro os agrupamentos oriundos das 27 unidades da federação, porque isso facilita sobremaneira o tratamento dos dados e valida as diferenças encontradas.

O Quadro 1 mostra o agrupamento considerando o conjunto de dados para dois pontos distintos no tempo: em torno 2001 e em torno de 2014. Assim, a comparação entre os agrupamentos permite perceber as variações temporais de suas composições.

Quadro 1 – Clusters dos regimes de bem-estar.

Cluster	Unidades Federativas em torno de 2001	Unidades Federativas em torno de 2014
1	Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo	Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo
2	Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia	Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rio De Janeiro
3	Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e Tocantins	Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins
4	Amapá	Acre

Fonte: Dados da pesquisa

A comparação entre os grupos demonstra que suas composições foram alteradas, das 27 unidades, 23 mantiveram a mesma posição nos grupos, ou seja, 85% dos estados mantiveram características agregativas semelhantes ao longo do período analisado. A variedade de agrupamentos obtidos reforça o pressuposto de que não é possível tratar o País como um regime único de bem-estar.

4.2 TIPOS DE REGIMES DE BEM-ESTAR NOS ESTADOS BRASILEIROS

As unidades federativas brasileiras apresentam grandes diferenças quanto à capacidade estatal, dos mercados de trabalho, dos mercados de bens e serviços, das famílias e dos grupos étnicos, de possibilitarem acesso adequado às condições materiais e de efetivação dos direitos sociais (e de cidadania). Compreender o contexto em que se encontra a condição particular de cada ente nessas áreas é fundamental para detectar os pontos fortes e fracos de seus sistemas de proteção social.

Para a classificação aqui proposta, foram utilizadas parcialmente as metodologias empregadas por Cecchini et al. (2014) e Martínez Franzoni (2008), adicionada da dimensão étnica. Dos primeiros autores, assumiu-se a ideia do “grau de intensidade” dos sistemas de proteção social. Já da segunda autora, adotou-se o conceito do grau de dependência familiar e do mercado na produção do bem-estar. Como contribuição original da investigação, atribuiu-se um grau de intensidade na igualdade étnica, denominado de brecha étnica. Considerando a composição final (em torno de 2014) dos agrupamentos, o Quadro 2 mostra as características dos sistemas de proteção dos diferentes grupos de estados.

Quadro 2 – Características dos regimes de proteção social dos estados brasileiros

	Grupo 1- Proteção Social Intensa com Caráter Produtivista e Forte Brecha Étnica	Grupo 2- Proteção Social de Forte Intensidade com Caráter Produtivista e Forte Brecha Étnica.	Grupo 3- Proteção Social de Moderada Intensidade com Caráter Familiar e Modesta Brecha Étnica	Grupo 4- Proteção Social de Baixa Intensidade com Caráter Familiar e Modesta Brecha Étnica
Grupos de Estados	Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo	Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rio De Janeiro	Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins	Acre
1.Desempenho do regime	Máxima distribuição de renda e desenvolvimento humano. Máxima mercantilização do trabalho feminino.	Alta distribuição de renda e desenvolvimento humano. Alta mercantilização do trabalho feminino.	Média distribuição de renda e desenvolvimento humano. Baixa mercantilização do trabalho feminino.	Mínima distribuição de renda e desenvolvimento humano. Mínima mercantilização do trabalho feminino.
2. Gênero e Generosidade do sistema	Máxima cobertura das pensões.	Baixa cobertura das pensões.	Média cobertura das pensões.	Mínima cobertura das pensões.

	Máxima mercantilização da proteção social.	Alta mercantilização da proteção social.	Alta mercantilização da proteção social.	Mínima mercantilização da proteção social.
3. Família e Diversidade étnica	Mínima dependência familiar na produção de bem-estar. Máxima brecha étnica.	Mínima dependência familiar na produção de bem-estar. Alta brecha étnica.	Média dependência familiar na produção de bem-estar. Mínima brecha étnica.	Máxima dependência familiar na produção de bem-estar. Mínima brecha étnica.
4. Esforço Estatal	Alto gasto público em proteção social	Baixo gasto público em proteção social	Médio gasto público em proteção social	Máximo gasto público em proteção social

Fonte: Dados da pesquisa

O grau de intensidade da proteção social e o caráter familiar ou produtivista assumem papel determinante na caracterização dos grupos de estados. Esse contexto é resultado de um processo particular de composição do mercado de trabalho, dos gastos públicos em áreas sociais, da estrutura etária da dependência, do papel da família e do mercado no provimento de bem-estar, entre outros aspectos relevantes da proteção social. É evidente, pelo gradiente protetivo decrescente entre o Grupo 1 ao Grupo 4, que os sistemas de proteção nos estados brasileiros não possibilitam – ao menos sem ressalvas – a classificação de tipo único e homogêneo realizado pelos trabalhos precedentes. A lupa dos investigadores carece de maior proximidade ao complexo arranjo institucional brasileiro.

Conclui-se que o Brasil condensa diferentes ordens de práticas sociais que não permitem tratá-lo como um tipo único e homogêneo de regime de bem-estar; a escala de brechas étnicas aumenta à medida que diminui o contingente de afrodescendentes nos estados. Dessa forma, à medida que o regime de proteção social é mais intenso e a economia menos dependente do Estado, maiores são as diferenças entre negros e brancos. O fator equalizador das brechas étnicas é a pobreza, ou seja, as diferenças entre negros e brancos são minimizadas quando a pobreza e o baixo dinamismo econômico são mais pronunciados.

4.3 VARIEDADE DE CAPITALISMO NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS

As 20 variáveis de caracterização do regime de produção capitalista foram submetidas à análise fatorial, tendo como critério de extração do número de fatores seus autovalores maiores do que um. O resultado gerou 6 fatores ou dimensões que explicam 73,5% da variância total entre os regimes das 27 Unidades Federativas.

Cada fator extraído contém um conjunto de variáveis que são importantes na definição das dimensões e suas representações. As dimensões subjacentes foram assim denominadas: 1) Sistema Educacional e de Formação Profissional; 2) Sistema Produtivo; 3) Incentivo Público; 4) Capacidade Fiscal; 5) Relações de trabalho; 6) Mercado Externo e Financeiro.

A Tabela 2 mostra as variáveis originais por componente e a direção de dependência entre elas (positiva ou negativa).

Tabela 2 – Matriz de componentes rotacionados – VoC

	Componentes					
	1 Sistema Educativo e de Formação Profissional	2 Sistema Produtivo	3 Incentivo Público	4 Capacidade Fiscal	5 Relações de trabalho	6 Mercado Externo e Financeiro
AE - Número médio de anos de estudo por estado.	,883	-,172	,135	-,162	-,178	,004
FPM- Estudantes em formação pós-média e universitária como porcentagem dos estudantes no ensino médio.	,876	-,009	,210	-,060	-,151	-,123
BAE - Brecha na Média anos de estudo (negros/brancos)	,844	,229	,204	,129	,124	-,096
IED- Investimento Estrangeiro Direto	,733	,063	-,154	,197	,102	,045
TEI - Taxa de emprego informal	-,676	,585	-,120	,105	,050	-,085
BCP- Brecha na frequência em cursos profissionalizantes (negros/brancos)	,527	,385	,088	-,017	,068	,265
EMP - Número de empregadores para cada 1000 habitantes	,097	-,863	-,208	,014	,165	-,192
TRD - Taxa de Rotatividade no Trabalho	-,079	-,797	-,136	,266	-,050	-,068
TAS - Taxa de assalariamento	,514	,709	,207	-,018	-,209	,017
GINITERRA- Índice de GINI para a propriedade rural por estado	-,132	,664	-,400	,215	,110	-,132
GPPT -Gasto Público em Políticas de Trabalho	,095	-,056	,810	,039	-,005	-,191
BRM- Brecha Rendimento mensal (negros/brancos)	,259	,158	,728	,069	-,026	-,099

GPE- Gasto Público em Educação	-,521	,175	,610	,257	-,044	,205
GP&DP - Gasto em P&D	,107	,116	,566	-,319	,140	,323
CTB -Carga tributária bruta	,081	-,037	,077	,887	-,075	,150
DS- Densidade de Sindicalização	,163	-,039	-,024	-,189	,786	-,031
TET - Taxa de empregos temporários	-,384	,128	,173	,029	,607	,244
BEI - Brecha no emprego informal (negros/brancos)	,077	,322	,113	-,451	-,602	,099
Ecomplex- Exportações Complexas	,070	,058	-,066	,242	,059	,837
CSP- Crédito Público como porcentagem do PIB estadual.	,508	-,083	,113	,297	,082	-,581

Fonte: Dados da pesquisa

Construídas as relações entre as variáveis componentes de cada dimensão, foi possível aprofundar a compreensão das diferenças entre as unidades federativas, procedendo-se a uma análise de Cluster. Com o mesmo intuito de testar a heterogeneidades dos regimes produtivos, limitaram-se a quatro os agrupamentos oriundos das 27 unidades da federação.

O Quadro 3 mostra o agrupamento considerando o conjunto de dados para dois pontos distintos no tempo: em torno de 2001 e em torno de 2014. Dessa forma, a comparação entre os agrupamentos permite perceber as variações temporais de suas composições.

Quadro 3 – Agrupamento por características homogêneas do sistema de produção

Cluster	Unidades Federativas Em torno de 2001	Unidades Federativas Em torno de 2014
1	Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia e Roraima.	Acre, Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco
2	Amazonas, Paraíba, e Sergipe	Amazonas, Paraíba e Sergipe
3	Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins	Alagoas, Amapá, Distrito Federal, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins
4	Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo	Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo

Fonte: Dados da pesquisa

Se comparados temporalmente, os grupos tiveram suas composições alteradas. Das 27 unidades, 15 mantiveram-se no mesmo agrupamento e 12 mudaram de posição. Dessa forma, a estabilidade nos agrupamentos foi da ordem de 55,5%, indicando que algumas unidades sofreram mudanças mais intensas na sua estrutura econômica.

4.4 TIPOS DE VARIEDADES DE CAPITALISMO NOS ESTADOS BRASILEIROS

A partir desses resultados e considerando uma certa continuidade estrutural na composição dos grupos, foi possível propor uma tipologia com os pressupostos de que a economia brasileira é heterogênea e hierárquica (SCHNEIDER; SOSKICE, 2009) e que os regimes produtivos regionais têm no Estado um propulsor do desenvolvimento e um ator capaz de operar mudanças importantes na economia política das unidades federativas (BIZBERG, 2014; BOSCHI, 2011; DINIZ, 2011; DELGADO, 2008).

Portanto, nesse modelo particular de capitalismo, as vantagens institucionais comparativas na coordenação econômica são reforçadas por um complexo de instituições estatais. Considerando a composição final (2014) dos agrupamentos, o Quadro 4, a seguir, classifica os grupos por esses dois critérios.

Quadro 4 – Características dos regimes capitalistas dos estados brasileiros

	Grupo 1 - Economias hierárquicas de intensa dependência estatal	Grupo 2 - Economias hierárquicas de forte dependência estatal	Grupo 3 - Economias hierárquicas de moderada dependência estatal	Grupo 4 - Economias hierárquicas de fraca dependência estatal
Grupos de Estados	Acre, Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco	Amazonas, Paraíba e Sergipe	Alagoas, Amapá, Distrito Federal, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins	Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo
1- Sistema Educacional e de Formação Profissional	Baixa Competência Pós-média Média dependência de investimento estrangeiro	Média-Baixa Competência Pós-média Alta dependência de investimento estrangeiro	Média-Alta Competência Pós-média Baixa dependência de investimento estrangeiro	Alta Competência Pós-média Alta dependência de investimento estrangeiro
2- Sistema Produtivo	Nível de empreendedorismo médio-baixo	Nível de empreendedorismo baixo	Nível de empreendedorismo médio-baixo	Nível de empreendedorismo alto
3- Incentivo Público	Alto nível de investimento público em políticas de trabalho Alta dependência do investimento público em educação	Baixo nível de investimento público em políticas de trabalho Alta dependência do investimento público em educação	Médio nível de investimento público em políticas de trabalho Média dependência do investimento público em educação	Baixo nível de investimento público em políticas de trabalho Baixa dependência do investimento público em educação
4- Capacidade Fiscal	Média	Alta	Baixa	Média

5- Relações de trabalho	Alta densidade sindical Alto nível de trabalho temporário	Baixa densidade sindical Médio nível de trabalho temporário	Média densidade sindical Médio nível de trabalho temporário	Média densidade sindical Médio nível de trabalho temporário
6- Mercado Externo e Financeiro	Média dependência de exportações de alto valor agregado. Média - alta dependência de crédito público para financiar atividades privadas	Alta dependência de exportações de alto valor agregado. Baixa dependência de crédito público para financiar atividades privadas	Baixa dependência de exportações de alto valor agregado. Alta dependência de crédito público para financiar atividades privadas	Média-Baixa dependência de exportações de alto valor agregado. Alta dependência de crédito público para financiar atividades privadas

Fonte: Dados da pesquisa

Os tipos de sistemas de produção capitalistas sintetizados aqui corroboram parcialmente o caráter hierárquico das economias estaduais, mas lançam luz, além da conformação das firmas líderes e do mercado de trabalho (SCHNEIDER, 2009), no papel do estado como ator relevante na configuração do sistema de produção (BOSCHI, 2011; DELGADO, 2008).

Tanto na dependência de capital externo e na transferência de tecnologia, como na relação com fornecedores e clientes externos, é clara a forma de administração hierárquica utilizada pelas empresas nacionais e multinacionais (ou suas combinações). O mesmo se passa com as relações de trabalho de forte caráter atomístico, que é explicado pela baixa densidade sindical, alta informalidade e alta rotatividade, resultando em uma débil organização do trabalho que favorece acordos hierárquicos em prol dos empregadores. Ao lado disso, o Estado, como ator relevante na conformação dos sistemas produtivos, é marcadamente importante, principalmente no financiamento da produção, gastos na educação/formação profissional e investimentos em P&D. Dessa forma, os quatro tipos propostos combinam essas duas características, atribuindo maior ou menor grau de dependência estatal nas economias dos estados, confirmando, assim, a impossibilidade de se tomar o Brasil como um país homogêneo na sua variedade de capitalismo.

5 RELAÇÃO ENTRE PROTEÇÃO SOCIAL E PRODUÇÃO ECONÔMICA

Uma vez realizada a extração de fatores com um corte transversal, considerando dois períodos de tempo (em torno de 2001 e em torno de 2014), fica evidente que os dados têm uma dimensão espacial (variáveis dos estados) e outra temporal. Nesse caso, a técnica adequada é a Análise de Dados em Painel (ADP), pois permite trabalhar com bancos de dados que apresentam, ao mesmo tempo, características de corte transversal (*cross section*) e série temporal. Foi aplicado o teste de Breusch-Pagan (0,045) e de Hausman (0.9709), permitindo rejeitar a hipótese H₀ (modelo



de correção de erros é adequado) em ambos e definir como mais adequado o modelo de efeitos aleatórios. A heterocedasticidade do modelo foi corrigida utilizando-se a matriz de White e não foram encontrados problemas (devido ao número reduzido de anos utilizados) de correlação serial ou autocorrelação na amostra.

Tabela 3 – Resultados do modelo de efeito aleatório da ADP

Variáveis	Coefficiente	Erro padrão
X1 (Sistema Educacional e de Formação Profissional)	-.3244902	.0776625*
X2 (Sistema Produtivo)	.312631	.1360385**
X3 (Incentivo Público)	.1419005	.1085077
X4 (Capacidade Fiscal)	.0686062	.1942287
X5 (Relações de trabalho)	.0267349	.0978527
X6 (Mercado Externo e Financeiro)	.2068554	.1482814
Const.	.1966714	.1388176

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Nota: (*) Significativo a um nível de significância de 1%. (**) Significativo a um nível de significância de 5%.

A variável X1, dimensão do sistema educacional e de formação profissional, apresenta um sinal negativo e sua estimativa foi significativa a 1%. Nas EMC, quanto mais robusto o modelo de proteção social, mais estímulos os trabalhadores têm para desenvolver habilidades específicas. Em outro sentido, nas EML a educação formal se concentra em habilidades gerais, permitindo alta mobilidade dos trabalhadores em setores que não dependem de especialização, como o de serviços.

A literatura da VoC mostra que, nos regimes social-democrata e conservador, a especialização é peça fundamental para o funcionamento da coordenação econômica (ESTEVEZ-ABE et al., 2001). Dessa forma, quanto mais generoso for, por exemplo, o seguro-desemprego, maiores serão os estímulos para os trabalhadores investirem na firma e se especializarem. Essa proteção assegura uma forte redução nos riscos associados a uma mudança técnica ou a uma crise econômica que levasse à dispensa no uso dessas habilidades. Os países de tipo liberal, com regimes de bem-estar pouco generosos e focalizados nos pobres, não conseguem estabelecer estratégias consistentes de criação de habilidades específicas. Isso ocorre por falta de garantias de subsistência ao trabalhador, que perde o emprego ou que tem reduzida a importância econômica de sua especialidade.

Na América Latina – particularmente no Brasil –, portanto nas EMH, as complementariedades econômicas como o amplo setor informal, alta rotatividade, baixa densidade de sindicalização e forte regulação trabalhista para o setor formal reduzem ou anulam os efeitos das políticas educacionais que objetivam alavancar o baixo nível de formação profissional ou especializada. Os programas de educação profissionalizante são desenhados para elevar o nível de habilidades específicas dos trabalhadores; não obstante, a utilização dessas habilidades e os



incentivos aos trabalhadores para que invistam tempo nessa formação dependem da probabilidade de permanecerem nos postos de trabalho que demandam tal capacitação (SCHNEIDER; KARCHER, 2010). Dessa forma, a eficácia da formação profissional dos trabalhadores depende de fatores que vão além da oferta dos programas em si. São precisamente esses argumentos que ajudam a sustentar o resultado obtido com a variável X1.

Esse pano de fundo é imprescindível para a fixação de um ponto que ajudará a compreender a situação das unidades federativas do Brasil: os sistemas de educação e formação profissional estão diretamente ligados ao regime de produção. Isso quer dizer que o investimento em habilidades específicas e na formação continuada não depende só do desejo pessoal do trabalhador, mas também do grau de coordenação dessas economias.

A dimensão de educação e formação profissional está negativamente relacionada com o modelo de proteção social. O que explica essa relação são as complementariedades negativas exercidas pela baixa coordenação econômica, pela alta rotatividade no trabalho, pela informalidade e por um seguro-desemprego pouco generoso (de curta duração e que não garante a reposição salarial dos trabalhadores mais qualificados).

A relação encontrada entre regime de bem-estar e variedade de capitalismo nos estados brasileiros não se aproxima dos polos originais (EML e EMC) propostos por Hall e Soskice. Entretanto, é inegável seu vínculo explicativo com a tipificação (EMH) desenvolvida por Schneider. A baixa média de anos de estudo e de formação pós-média são reflexos disso. Uma vez que a proteção social é tendencialmente focalizada nos pobres, o mercado laboral é segmentado e flexível, a densidade sindical é baixa e as ações de grupos econômicos são concentradas, inexistem estímulos para o desenvolvimento de habilidades específicas. Assim, em regimes de proteção social em que predomina a assistência social e os direitos sociais estão vinculados à comprovação de uma necessidade manifesta, a ampliação da cobertura não gera estímulo à formação e à capacitação profissional de seus trabalhadores, mas, ao contrário, desestimulam-nas.

Essa lógica afeta mais fortemente os trabalhadores negros, pois eles recebem relativamente menos, ocupam majoritariamente postos de trabalhos informais e possuem média de anos de estudo e frequência a cursos profissionalizantes menores que os brancos.

A variável X2, que representa a dimensão sistema produtivo, é significativa ao nível de 5% e está relacionada positivamente com a variável dependente. Esse fator estabelece uma distinção entre os tipos de estratégias produtivas das unidades federativas: algumas estão baseadas em alta concentração da terra (condição para viabilizar as cadeias industriais, a montante e a jusante do produtor rural) com altas taxas de assalariamento e baixa rotatividade laboral; outras estão



vinculadas ao empreendedorismo, geralmente ligado ao setor de serviços com altas taxas de rotatividade laboral.

Assim, o sistema produtivo se comporta estatisticamente como esperado pela teoria, ou seja, essa variável independente estabelece uma relação direta e positiva com o sistema de proteção social. Os estados com economias mais complexas combinam uma menor taxa de assalariamento com maior número de empregadores e maior taxa de rotatividade laboral com uma menor taxa de concentração da terra. Os estados onde a agropecuária é mais importante apresentam valores intermediários para esse conjunto de variáveis. As unidades onde se concentram a exploração mineral e a agropecuária são menos intensivas em capital, apresentam altas taxas de concentração da terra, menores taxas de assalariamento, menor rotatividade e baixo número de empregadores. Percebe-se, assim, que a conformação das empresas e seu entorno produtivo são menos condicionados pelas instituições nacionais do que a teoria da VoC geralmente presume.

O nível de significância das variáveis X3, X4, X5 e X6 não permite tirar conclusões mais concretas dessa relação. Porém, é importante lembrar que as dimensões de educação e formação profissional (X1) e a do sistema produtivo (X2), as mais significativas, representam metade (10 de 20) das variáveis do sistema de produção capitalista das unidades da federação.

Esses resultados indicam claramente que os pressupostos analíticos que consideram o Brasil como um tipo único (portanto, mais homogêneo) de regime de proteção social e de variedade de capitalismo não são os mais adequados para compreender as diferentes trajetórias dos estados brasileiros. Percebe-se que é necessário relativizar as regras universais que permeiam os diferentes tipos e entender o surgimento dos sistemas de proteção social nas unidades federativas como uma configuração específica entre o sistema político, os atores sociais e o modelo econômico. Isso não induz a pensar que cada caso é único e incomparável, mas que é possível encontrar similitudes nessas trajetórias e deduzir certos tipos ideais.

Além disso, confirmou-se a hipótese de que os modelos de proteção social das unidades federativas são, em grande medida, determinados pelos modelos de produção econômica desenvolvidos localmente.



6 CONCLUSÕES

São evidentes a existência e o convívio de uma grande variedade de modelos de proteção social e produção capitalista nas unidades federativas brasileiras. O caráter comum dos sistemas de produção econômica é sua característica hierárquica, variando conforme maior ou menor dependência estatal. Já a proteção social muda conforme a intensidade protetiva, a maior ou menor dependência da família ou do mercado e das brechas étnica.

As diferenças entre os conglomerados de estados em relação aos seus regimes de bem-estar e variedade de capitalismo não permitem um tratamento classificatório homogêneo para um país com fortes diferenças regionais como o Brasil. Portanto, ainda que as políticas sociais sejam normativamente válidas para todo o território, a subsunção delas aos diferentes arranjos econômicos e sociais nos estados (mercado de trabalho, organização familiar, características étnicas, etc.) produzem respostas heterogêneas.

A introdução da dimensão étnica, como eixo de desigualdade estrutural, revelou uma limitação empírica dos trabalhos antecedentes que caracterizavam os regimes latino-americanos. Ficou evidente que as diferenças nas brechas étnicas aumentam na medida em que a população negra é menor e onde o regime de proteção é mais intenso e a economia menos dependente do Estado. Contrário sensu, o fator equalizador das brechas entre negros e brancos é a pobreza, uma vez que os estados mais pobres (menores índices de Gini e IDH) são os que possuem as menores brechas étnicas.

Uma das hipóteses construídas no artigo foi de que cada modelo de proteção social é determinado pelo modelo de produção capitalista onde está inserido. A Análise de Dados em Painel revelou que apenas duas dimensões – Sistema Educacional e de Formação Profissional e Sistema Produtivo – foram significativas. A dimensão Sistema Educacional e de Formação Profissional apresenta um sinal negativo e foi significativa ao nível de 1% de significância. Isso indica que a baixa coordenação econômica, a alta rotatividade no trabalho, a informalidade e um seguro desemprego pouco generoso (de curta duração e que não garante a reposição salarial dos trabalhadores mais qualificados) são complementariedades negativas e explicam essa relação.

Uma vez que a proteção social é tendencialmente focalizada nos pobres, o mercado laboral é segmentado e flexível (alta rotatividade), a densidade sindical é baixa, as ações de grupos econômicos são concentradas, inexistem estímulos para o desenvolvimento de habilidades específicas. Assim, os regimes de proteção social onde predomina a assistência social e os direitos sociais estão vinculados à comprovação de uma necessidade manifesta, ainda que ampliem sua cobertura, não conseguem estimular a formação e capacitação profissional de seus trabalhadores,



ao contrário, desestimulam-nas. Essa lógica afeta mais fortemente os trabalhadores negros, pois eles recebem relativamente menos, ocupam majoritariamente postos de trabalhos informais e possuem média de anos de estudo e frequência em cursos profissionalizantes menores que os brancos.

A dimensão Sistema Produtivo é significativa ao nível de significância de 5% e está relacionada positivamente com a variável dependente. Esse fator estabelece uma distinção entre os tipos de estratégias produtivas das unidades federativas: algumas estão baseadas em alta concentração da terra (condição para viabilizar as cadeias industriais a montante e a jusante do produtor rural), com altas taxas de assalariamento e baixa rotatividade laboral; outras estão vinculadas ao empreendedorismo, geralmente ligado ao setor de serviços, com altas taxas de rotatividade laboral.

Os fatores explicativos escolhidos, em especial o econômico e o político, influem a capacidade e a disposição dos atores locais em promover reformas específicas. Reconstituir a situação econômica e política das unidades federativas logo após as mudanças institucionais introduzidas pela Carta Política de 1988, e, com isso, compreender como ocorreram as reformas introduzidas por esse instrumento, é um desafio na agenda de pesquisa dos regimes de bem-estar e da variedade de capitalismo no Brasil.



REFERÊNCIAS

ADELANTADO, J.; NOGUERA, J. A.; RAMBLA, X.; SÁEZ, L. Las relaciones entre estructura y política sociales: una propuesta teórica. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 60, n. 3, p. 123-156, Jul./ Sep. 1998. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3541320>. Acesso em: 12 mai. 2016.

BIZBERG, I. Types of capitalism in Latin America. *Revue Interventions Économiques - Papers in Political Economy*, v. 48, p. 1-45, 2014.

BIZBERG, I.; THÉRET, B. La diversidad de los capitalismos latinoamericanos: los casos de Argentina, Brasil y México. *Revue de La Régulation*, n. 61, p. 1-22, 2012.

BOGLIACCINI, J.; FILGUEIRA, F. Capitalismo en Cono Sur de América Latina luego del final del Consenso de Washington: ¿notas sin partitura? *Revista del CLAD Reforma e Democracia*, n. 51, p. 2-23, 2011.

BOSCHI, R. Instituições, Trajetórias e Desenvolvimento: uma discussão a partir da América Latina. In: _____ (Org.). *Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011. 376 p.

CECCHINI, S.; FILGUEIRA, F.; ROBLES, C. Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe: Una perspectiva comparada. *Serie Políticas Sociales*, n. 202, CEPAL, Santiago de Chile, 2014.

CROUCH, C. et al. *Capitalist Diversity and Change: Recombinant Governance and Institutional Entrepreneurs*. New York: Oxford University Press, 2005.

CROUCH, C.; VOELZKOW, H. *Innovation in Local Economies: Germany in Comparative Context*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

DELGADO, I. G. Estratégias e trajetórias: anotações sobre políticas industriais em perspectiva comparada. In: ENCONTRO ANNUAL DA ANPOCS, 31., 2007. Texto apresentado... Caxambu - Minas Gerais, 2007. 28p.

DELGADO, I. G. Variedades de Capitalismo e Política Industrial: o Caso Brasileiro em Perspectiva Comparada. In: JORNADAS DE HISTÓRIA ECONÔMICA, ASOCIACION ARGENTINA DE HISTORIA ECONOMICA, CASEROS, XXI., 2008. Anais... Argentina, 2008. 31p.

DINIZ, E. Depois do Neoliberalismo: Rediscutindo a articulação Estado e desenvolvimento no novo milênio. In: BOSCHI, R. (Org.). *Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 376 p.

DRAIBE, S. M. *O Welfare State no Brasil: Características e Perspectivas*. Caderno de Pesquisa nº 08, São Paulo, Unicamp, 1993. Disponível em: <http://sociologiajuridica.files.wordpress.com/2011/10/o-welfare-state-no-brasil-caracterc3adsticas-e-perspectivas-sonia-draibe.pdf> . Acesso em: 12 abr. 2016.



DRAIBE, S.M.; RIESCO, M. Estado De Bienestar, Desarrollo Económico Y Ciudadanía: Algunas Lecciones De La Literatura Contemporánea. Serie Estudios y Perspectivas, México, n. 55, CEPAL, D.F., p. 1-61, 2006.

ESPING-ANDERSEN, G. The Three Worlds of Welfare Capitalism [Três regimes de bem-estar]. New Jersey: Princeton University Press, Princeton, 1990.

ESTEVEZ-ABE, M.; IVERSEN, T.; SOSKICE, D. Social Protection and the formation of Skills: A Reinterpretation of the Welfare State. In: HALL, P.A.; SOSKICE, D. (Eds.). Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage. New York: Oxford University Press, 2001.

FILGUEIRA, F. El nuevo modelo de prestaciones sociales en América Latina: residualismo, eficiencia y ciudadanía estratificada. In: ROBERTS, B. (Ed.). Ciudadanía y Política Sociales, San José, Costa Rica: FLACSO-SSRC, 1998.

HAIR JR, J. F. et al. Análise Multivariada de Dados. 6.ed. Porto Alegre – RS: Bookmann, 2009. 688p.

HALL, P. A.; GINGERICH, D. Varieties of capitalism and institutional complementarities the macroeconomy: an empirical analysis. MPIfG Discussion Paper. 2004. Disponível em: http://www.mpifg.de/pu/mpifg_dp/dp04-5.pdf. Acesso em: 23 jun. 2016.

HALL, P. A.; SOSKICE, D. (Eds.). Varieties of capitalism. The institutional foundations of comparative advantage. New York: Oxford University Press, 2001.

HUBER, E. Models of Capitalism: Lessons for Latin America. University Park, The Pennsylvania State University Press, 2002.

LÓPEZ, M. C. Sistemas de protección social em los EU-8. Variações regionales y factores explicativos. Tesis (Doctoral) – Universitat Autònoma de Barcelona – España, 2013.

MARTÍNEZ FRANZONI, J. Regímenes de bienestar en América Latina: ¿Cuáles y cómo son? Fundación Carolina, Avances de Investigación, 2, 2008. 44p.

MESA-LAGO, C. Ascent to Bankruptcy: Social Security Financing and Development in Latin America, University of Pittsburgh Press, 1989. 290 p.

MOLINA, O.; RHODES, M. The Political Economy of Adjustment in Mixed Market Economies: A Study of Spain and Italy. In: Hancké, B, et al. Beyond Varieties of Capitalism: Conflict, Contradictions, and Complementarities in the European Economy. New-York: Oxford University Press, p. 223-252, 2007.

SCHMIDT, V.A. The futures of European capitalism. New-York: Oxford University Press, 2002.

SCHNEIDER, B. R. Hierarchical Market Economies and Varieties of Capitalism in Latin America. Journal of Latin American Studies, n.4103, p. 553-575, 2009.



SCHNEIDER, B.; SOSKICE, D. Inequality in developed countries and Latin America: coordinated, liberal and hierarchical systems. *Economy and Society*, London, Routledge & Kegan Paul, v.38, n.1, p.17-52, 2009.

SCHNEIDER, B. R.; KARCHER, S. Complementarities and continuities in the political economy of labour markets in Latin America. *Socio-Economic Review*, n.84, p.623-651, 2010.

SHIKIDA, P. F. A. A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Campus de Piracicaba, 1997.

ANEXOS

Indicadores do modelo de proteção social

Dimensão	Indicadores	Referência	Fonte de Dados
1º. Dimensão do desempenho do regime	1. Coeficiente de Gini.	Martínez Franzoni (2008); Filgueira (1998)	IBGE, MDS (DATASUS – SIM - SINASC) e PNUD
	2. Índice de Desenvolvimento Humano.	Martínez Franzoni (2008)	
	3. Esperança de vida ao nascer por unidade da federação.	López (2013)	
	4. Taxa de mortalidade infantil de menores de 5 anos (por mil) por unidade da federação.	Martínez Franzoni (2008)	
	5. Taxa de mortalidade infantil.	López (2013)	
2º. Dimensão de Gênero	6. Taxa de ocupação feminina por unidade da federação.	Martínez Franzoni (2008)	IBGE (PNAD), IPEA e INEP
	7. Percentagem de crianças abaixo de 3 anos atendidos por serviços de cuidados públicos.	López (2013)	
	8. Diferença salarial de gênero por estado.	López (2013)	
3º. Dimensão do Esforço (generosidade) dos Estados	9. Gasto governamental total dos estados como percentual do PIB.	Filgueira (1998); Cecchini et al. (2014)	STN, IPEA, IBGE e DATAPREV
	10. Gasto total em proteção social por Estado como percentual do PIB.	Filgueira (1998); Cecchini et al. (2014)	
	11. Gasto público estadual em saúde como percentual do PIB.	Martínez Franzoni (2008)	
	12. Cobertura das pensões (% da população de 65 anos ou mais).	Filgueira (1998); Cecchini et al. (2014)	
	13. População abaixo da linha da pobreza.	Martínez Franzoni (2008); Cecchini et al. (2014)	
4º. Dimensão do Papel Familiar	14. Gasto privado em saúde (% do gasto total dos domicílios)	Cecchini et al. (2014)	IBGE (PNAD) e ANS
	15. Famílias conviventes (estendidas e compostas) (% do total por estado)	Martínez Franzoni (2008); Cecchini et al. (2014)	
	16. Taxa de dependência infantil	Cecchini et al. (2014)	
	17. Taxa de dependência de adultos de 65 anos ou mais	Cecchini et al. (2014)	
5º. Dimensão Étnica	18. Percentual de afrodescendentes por UF	O autor	IBGE (PNAD) e IPEA
	19. Brecha na taxa de desocupados (negros /brancos)	O autor	
	20. Brecha na taxa de mortalidade infantil (negros/brancos)	O autor	
	21. Brecha na proteção social (negros/brancos)	O autor	

Fonte: Dados da pesquisa

Indicadores dos modelos de produção capitalista

Dimensão	Indicadores	Referência	Fonte de Dados
1º Relações de Trabalho	1. Taxa de rotatividade no trabalho	Proxy de López (2013); Schneider (2009)	MTE (RAIS); IBGE (PNAD); IPEA e STN
	2. Taxa de empregos temporários (% sobre população economicamente ativa por estado)	Proxy de Schneider (2009)	
	3. Taxa de assalariamento por UF	Proxy de López (2013)	
	4. Taxa de emprego informal (% sobre a população ocupada por estado)	Schneider (2009)	
	5. Densidade de Sindicalização (% sobre população economicamente ativa)	Proxy de Schneider (2009)	
	6. Gasto Público em Políticas de Trabalho como % do PIB de cada Estado	López (2013)	
2º Sistema Educacional e de Formação	7. Número médio de anos de estudo por estado	López (2013) e Proxy de Schneider (2009)	MTE (RAIS); IBGE (PNAD); IPEA; STN e MEC (INEP)
	8. Estudantes em formação pós-média e universitária como porcentagem dos estudantes no ensino médio	López (2013) e Proxy de Schneider (2009)	
	9. Gasto Público em Educação como Percentagem do PIB estadual	López (2013) e Proxy de Schneider (2009)	
3º Sistema Produtivo	10. Carga tributária bruta por estado como percentual do PIB.	López (2013)	STN; IBGE (PNAD); MDI (SECEX) e HOFFMAN e NEY (2010)
	11. Gasto Público em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	López (2013); Schneider (2009)	
	12. Exportações Complexas (alto valor agregado) como percentagem do total de exportações	Proxy de Schneider (2009)	
	13. Índice de GINI para a propriedade rural por estado	Proxy de Schneider (2009)	
	14. Número de empregadores para cada 1000 habitantes	López (2013)	
4º Sistema Financeiro	15. Investimento Estrangeiro Direto (IED) por estado como porcentagem dos respectivos PIBs	Proxy de Schneider (2009)	BACEN; IPEADATA; CVM e BNDES
	16. Total de crédito público (BNDES) direcionado como percentual do PIB estadual	Proxy de Boschi e Gáitan (2009)	
5º Étnica	17. Brecha no emprego informal (negros/brancos)	O autor	IPEA, IBGE (PNAD) e MEC (INEP)
	18. Brecha Rendimento mensal (negros/brancos)	O autor	
	19. Brecha na frequência em cursos profissionalizantes (negros/brancos)	O autor	
	20. Brecha na Média anos de estudo (negros/brancos)	O autor	

Fonte: Dados da pesquisa